INFÂNCIA E NATUREZA: OS ESPAÇOS EXTERNOS COMO PROMOTORES DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARLA ROZEMBERG ALVES RUBIO

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar a importância dos espaços externos na Educação Infantil como promotores do desenvolvimento integral da criança, destacando o contato com a natureza, o brincar livre e as interações sociais como elementos fundamentais do processo educativo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada em autores que discutem a infância, a organização dos espaços educativos e o papel da natureza no desenvolvimento infantil, além de documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil. Os resultados do estudo indicam que os espaços externos, quando organizados de forma intencional e integrados à prática pedagógica, favorecem o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças, ampliando suas possibilidades de exploração, autonomia e bem-estar. Evidencia-se ainda que o acesso cotidiano à natureza constitui um direito da criança e um princípio educativo, contribuindo para aprendizagens significativas e para a construção de relações mais equilibradas consigo, com o outro e com o meio. Conclui-se que valorizar os espaços externos nas instituições de Educação Infantil implica reconhecer a criança como sujeito ativo, protagonista de suas experiências, e repensar práticas pedagógicas que superem o confinamento e promovam uma infância mais livre e plena.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Espaços externos; Natureza; Desenvolvimento integral; Brincar.

ABSTRACT
This article aims to analyze the importance of outdoor spaces in Early Childhood Education as promoters of the child's integral development, highlighting contact with nature, free play, and social interactions as fundamental elements of the educational process. This is a qualitative research study, with a bibliographic and documentary approach, based on authors who discuss childhood, the organization of educational spaces, and the role of nature in child development, as well as official documents that guide Early Childhood Education in Brazil. The results of the study indicate that outdoor spaces, when intentionally organized and integrated into pedagogical practice, favor the physical, emotional, social, and cognitive development of children, expanding their possibilities for exploration, autonomy, and well-being. It is also evident that daily access to nature constitutes a child's right and an educational principle, contributing to meaningful learning and the construction of more balanced relationships with oneself, with others, and with the environment. It can be concluded that valuing outdoor spaces in early childhood education institutions implies recognizing the child as an active subject, the protagonist of their experiences, and rethinking pedagogical practices that overcome confinement and promote a freer and fuller childhood.

KEY-WORDS: Early Childhood Education; Outdoor Spaces; Nature; Holistic Development; Play.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, tem como princípio fundamental a promoção do desenvolvimento integral da criança, considerando suas dimensões física, emocional, social, cognitiva e cultural. Nessa perspectiva, o espaço educativo deixa de ser compreendido apenas como um local físico de permanência e passa a assumir um papel pedagógico central, influenciando diretamente as experiências, as interações e as aprendizagens infantis. A organização dos ambientes, portanto, constitui-se como elemento estruturante do currículo e da prática pedagógica na Educação Infantil.

Apesar dos avanços teóricos e normativos que reconhecem a criança como sujeito de direitos, observa-se que muitas instituições ainda privilegiam práticas centradas em ambientes fechados, com acesso limitado aos espaços externos e ao contato com a natureza. Esse cenário

contribui para o afastamento das crianças de experiências fundamentais para a infância, como o brincar livre, a exploração corporal, o contato com elementos naturais e a vivência de relações mais espontâneas com os pares e com o meio. Tal realidade revela uma contradição entre os princípios que orientam a Educação Infantil e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar.
Autores que discutem a relação entre infância, espaço e natureza destacam que o contato com ambientes naturais é essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Tiriba (2006) problematiza a ausência de uma ênfase significativa no contato com o mundo natural nos documentos e nas práticas educativas, afirmando que essa lacuna decorre da falta de compreensão sobre a importância de um cotidiano em liberdade e em relação com a natureza. Para a autora, essa relação potencializa experiências que contribuem positivamente para o desenvolvimento infantil, ampliando as possibilidades de aprendizagem e de construção de sentidos sobre o mundo.
Nesse contexto, os espaços externos, como pátios, parques e áreas verdes, configuram-se como ambientes privilegiados para a vivência da infância. Esses espaços favorecem o brincar livre, a autonomia, a iniciativa e a livre escolha das crianças, elementos fundamentais para uma educação que respeite seus tempos, interesses e necessidades. Menezes (2010) destaca que a organização intencional dos espaços amplia as possibilidades de exploração e pesquisa infantil, permitindo que as crianças exerçam sua autonomia e participem ativamente do processo de aprendizagem.
Além disso, o contato com a natureza nos espaços externos possibilita experiências sensoriais e corporais que dificilmente se realizam em ambientes fechados. A presença de elementos naturais, como plantas, animais, terra, água e diferentes tipos de solo, amplia o repertório de vivências das crianças e contribui para o desenvolvimento psicomotor, emocional e social. Fernandes (2006) ressalta que áreas livres, com partes ensolaradas e sombreadas, permitem às crianças correr, pular, participar de jogos ativos e estabelecer um maior contato com a natureza, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da psicomotricidade ampla.
Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre o papel dos espaços externos na Educação Infantil, compreendendo-os como ambientes de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral. Este artigo tem como objetivo analisar a importância dos espaços externos como promotores do desenvolvimento integral da criança, destacando a relação entre infância e natureza, o brincar livre e a intencionalidade pedagógica na organização desses ambientes. Ao dialogar com autores da área e com documentos oficiais, busca-se contribuir para a construção de práticas pedagógicas que reconheçam o direito da criança à natureza e a uma infância mais livre, significativa e humanizadora.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar os significados atribuídos aos espaços externos na Educação Infantil e sua relação com o desenvolvimento integral da criança. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada das concepções teóricas e normativas que fundamentam as práticas educativas, considerando o contexto social, histórico e pedagógico em que estão inseridas.
Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de produções acadêmicas de autores que discutem a infância, a organização dos espaços educativos, o brincar e a relação da criança com a natureza, com destaque para Menezes (2010), Tiriba (2006; 2010), Fernandes (2006) e Monteiro e Rodrigues (2015). Essas obras contribuíram para a construção do referencial teórico do estudo, possibilitando a compreensão dos espaços externos como ambientes de aprendizagem e desenvolvimento.
A pesquisa documental baseou-se na análise de documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil, como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) e os Indicadores

da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009). Esses documentos foram selecionados por sua relevância normativa e por estabelecerem diretrizes relacionadas ao direito da criança, à organização dos espaços e à presença de elementos da natureza no cotidiano das instituições educativas.

Os dados obtidos a partir das fontes bibliográficas e documentais foram analisados por meio de uma análise qualitativa de caráter interpretativo, buscando identificar convergências, tensionamentos e contribuições dos autores e dos documentos em relação ao papel dos espaços externos na Educação Infantil. A análise priorizou categorias como desenvolvimento integral, brincar livre, autonomia, contato com a natureza e intencionalidade pedagógica, permitindo articular os referenciais teóricos às orientações legais.

A partir desse percurso metodológico, foi possível construir uma reflexão crítica sobre a importância dos espaços externos como promotores do desenvolvimento integral da criança, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico e para a qualificação das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

INFÂNCIA, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A compreensão da infância como uma etapa fundamental do desenvolvimento humano exige o reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e cultural, que constrói conhecimentos por meio das interações, das experiências corporais e das relações estabelecidas com o meio em que vive. Nessa perspectiva, o desenvolvimento integral ultrapassa a dimensão cognitiva e envolve aspectos físicos, emocionais, sociais, simbólicos e éticos, que se articulam de forma indissociável no cotidiano da Educação Infantil.

O contato com a natureza assume papel central nesse processo, uma vez que oferece às crianças experiências ricas, diversificadas e sensorialmente significativas. Ambientes naturais possibilitam vivências que estimulam a curiosidade, a investigação, a imaginação e a exploração do mundo, respeitando os tempos e interesses infantis. A relação direta com elementos como terra, água, plantas, animais e diferentes texturas favorece aprendizagens que não se restringem ao campo intelectual, mas que envolvem o corpo, as emoções e a construção de sentidos sobre o ambiente.

Tiriba (2006) problematiza a fragilidade da presença da natureza no cotidiano das instituições educativas, destacando que a ausência de uma ênfase mais consistente no contato com o mundo natural revela uma compreensão limitada sobre o que constitui uma infância plena. Para a autora, essa lacuna ocorre porque "ainda não alcançamos a compreensão do quanto é fundamental um cotidiano em liberdade em relação com elementos da natureza que se compõe positivamente com elas, e que, portanto, geram potência" (TIRIBA, 2006, p. 111). Tal afirmação evidencia que a relação com a natureza não deve ser compreendida como complementar, mas como estruturante do desenvolvimento infantil.

Do ponto de vista do desenvolvimento físico e psicomotor, os espaços naturais oferecem oportunidades para movimentos amplos, desafios corporais e experimentações que contribuem para o fortalecimento da coordenação, do equilíbrio e da consciência corporal. Fernandes (2006) destaca que a existência de áreas livres, com partes ensolaradas e sombreadas, possibilita às crianças correr, pular, exercitar-se e participar de jogos ativos, promovendo a psicomotricidade ampla e o contato direto com a natureza. Essas experiências são fundamentais para o desenvolvimento saudável do corpo e para a construção da autonomia infantil.

Além dos aspectos motores, a natureza favorece o desenvolvimento emocional e social das crianças. O brincar ao ar livre, em ambientes menos estruturados, amplia as possibilidades de interação, cooperação e negociação entre os pares, contribuindo para a construção de vínculos afetivos e para a aprendizagem da convivência. Nesse contexto, as crianças experimentam sentimentos de pertencimento, solidariedade e empatia, fundamentais para a formação integral do sujeito.

Sob essa perspectiva, Tiriba (2010) enfatiza que as atividades ao ar livre estão diretamente relacionadas ao bem-estar emocional e ao equilíbrio entre o que se faz e o que se deseja fazer. Segundo a autora, o manuseio de elementos naturais, como barro, areia e argila, propor-

ciona equilíbrio emocional e favorece experiências de convivência mais solidárias, uma vez que os espaços externos, quando compartilhados, constituem-se como ambientes coletivos de aprendizagem e não de competição.
O desenvolvimento integral também se manifesta na dimensão simbólica e imaginativa da criança. A natureza, ao oferecer estímulos abertos e não padronizados, amplia o repertório de brincadeiras e narrativas infantis, permitindo que as crianças criem, reinventem e atribuam significados às suas experiências. Diferentemente de ambientes excessivamente estruturados, os espaços naturais favorecem a imaginação, a criatividade e a expressão livre, aspectos essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional.
Dessa forma, compreender a relação entre infância, natureza e desenvolvimento integral implica reconhecer que o contato cotidiano com ambientes naturais não é um privilégio, mas um direito da criança. Garantir esse direito exige que as instituições de Educação Infantil repensem suas práticas, valorizem os espaços externos e promovam experiências que respeitem a criança em sua totalidade. Assim, a natureza se configura como uma aliada indispensável na construção de uma Educação Infantil que promova aprendizagens significativas e contribua para a formação de sujeitos mais sensíveis, autônomos e integrados ao mundo em que vivem.

OS ESPAÇOS EXTERNOS COMO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

A concepção de aprendizagem na Educação Infantil está diretamente relacionada às experiências vividas pelas crianças em contextos que favorecem a exploração, a interação e o brincar. Nessa perspectiva, os espaços externos ultrapassam a função de recreação ou pausa entre atividades consideradas "formais" e passam a ser reconhecidos como ambientes educativos potentes, nos quais a criança aprende de forma integrada, significativa e contextualizada.
Os pátios, parques e áreas externas possibilitam situações de aprendizagem que emergem do movimento, da curiosidade e da relação direta com o ambiente. Ao brincar ao ar livre, a criança investiga, experimenta, observa, formula hipóteses e constrói conhecimentos a partir de suas próprias ações e interações. Esses espaços favorecem aprendizagens que não se limitam à dimensão cognitiva, mas envolvem o corpo, as emoções, a linguagem, a imaginação e a convivência social.
Monteiro e Rodrigues (2015) destacam que o parque escolar se configura como um espaço convidativo, propício às mais diversas interações, no qual as crianças exercem o livre arbítrio ao escolherem suas brincadeiras, parceiros e objetos. Segundo os autores, nesse ambiente, as crianças "constroem seus enredos, criam, recriam, assimilam, experimentam, exploram, inventam, inovam, enfim aprendem com e sobre o meio que as cerca" (MONTEIRO; RODRIGUES, 2015, p. 274). Essa afirmação evidencia que o aprendizado nos espaços externos ocorre de forma espontânea e significativa, mediado pelas experiências vividas.
A aprendizagem nos espaços externos também se relaciona diretamente ao desenvolvimento da autonomia e da iniciativa infantil. Quando a criança tem a possibilidade de escolher como, com quem e com o que brincar, ela assume um papel ativo no processo de aprendizagem, exercitando a tomada de decisões, a responsabilidade e a autoconfiança. Menezes (2010) ressalta que a organização adequada dos espaços, com propostas diferenciadas e situações diversificadas, amplia as possibilidades de exploração e pesquisa infantil, favorecendo a autonomia, a liberdade e a livre escolha das crianças.
Além disso, os espaços externos oferecem oportunidades privilegiadas para aprendizagens sociais. O brincar coletivo, característico desses ambientes, exige negociação, cooperação, respeito às regras construídas pelo grupo e resolução de conflitos. Nessas interações, as crianças desenvolvem habilidades sociais fundamentais, como a empatia, a escuta e o diálogo, aprendendo a conviver com as diferenças e a compartilhar experiências.
Outro aspecto relevante diz respeito à possibilidade de integração entre diferentes áreas do conhecimento nos espaços externos. Atividades de observação da natureza, cuidado com plantas e animais, exploração de materiais naturais e brincadeiras corporais favorecem aprendizagens relacionadas às ciências, à

linguagem, à matemática, à arte e ao desenvolvimento motor, de forma integrada e contextualizada. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca que o contato com pequenos animais pode ser promovido por meio de atividades que envolvam observação, troca de ideias entre as crianças e cuidados mediados pelo adulto, ampliando o conhecimento sobre o mundo natural (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, os espaços externos tornam-se ambientes férteis para a construção de conhecimentos, desde que haja uma intencionalidade pedagógica por parte do professor. Cabe ao educador planejar, observar e mediar as experiências vividas nesses espaços, respeitando a iniciativa das crianças e potencializando as aprendizagens que emergem do brincar. Assim, os espaços externos consolidam-se como ambientes de aprendizagem que valorizam a criança como protagonista de seu processo educativo.

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AUTONOMIA INFANTIL

A organização dos espaços externos na Educação Infantil não pode ser compreendida como um aspecto secundário ou meramente estrutural da instituição. Ao contrário, trata-se de uma dimensão pedagógica fundamental, diretamente relacionada à qualidade das experiências vividas pelas crianças. Os espaços, quando planejados de forma intencional, comunicam concepções de infância, de aprendizagem e de educação, influenciando as interações, as brincadeiras e os modos de apropriação do ambiente pelas crianças.

A intencionalidade pedagógica manifesta-se nas escolhas que o educador faz ao organizar os espaços externos, considerando a diversidade de materiais, a disposição dos ambientes, a presença de elementos naturais e a possibilidade de livre circulação das crianças. Esses aspectos contribuem para ampliar ou restringir as experiências infantis, interferindo diretamente no desenvolvimento da autonomia, da curiosidade e da iniciativa. Menezes (2010) destaca que, quando o espaço infantil está adequadamente organizado, com propostas diferenciadas e situações diversificadas, ampliam-se as possibilidades de exploração e pesquisa, exercitando a autonomia, a liberdade e a livre escolha das crianças.

Nesse sentido, o papel do professor é central na mediação das experiências vividas nos espaços externos. A intencionalidade pedagógica não se traduz em controle excessivo ou em atividades dirigidas de forma rígida, mas na capacidade de observar, escutar e intervir de modo sensível, potencializando as aprendizagens que emergem do brincar. O educador atua como mediador, criando condições para que as crianças explorem o ambiente com segurança, curiosidade e liberdade, respeitando seus tempos e interesses.

Os documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no Brasil reforçam a importância da organização dos espaços externos como parte integrante do projeto pedagógico da instituição. Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil estabelecem que as áreas externas devem corresponder a, no mínimo, 20% da área construída, sendo adequadas para atividades de lazer, brincadeiras, eventos e contato com a natureza, contemplando pisos variados, brinquedos de parque, áreas ensolaradas e sombreadas, além de espaços verdes, como hortas e jardins (BRASIL, 2006). Essa orientação evidencia que a infraestrutura não é neutra, mas parte constitutiva das experiências educativas.

Além da dimensão estrutural, a intencionalidade pedagógica também se expressa na forma como os espaços externos são integrados ao currículo da Educação Infantil. Quando utilizados apenas como momentos de recreação ou pausa, esses ambientes perdem parte de seu potencial educativo. Por outro lado, quando reconhecidos como espaços de aprendizagem, tornam-se ambientes propícios para atividades de observação da natureza, exploração sensorial, brincadeiras simbólicas, jogos corporais e experiências artísticas.

O contato cotidiano com elementos naturais, como plantas, árvores, terra, água e pequenos animais, deve ser garantido desde a primeira infância, conforme orientam os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. O documento destaca que os espaços internos e externos precisam contemplar elementos da natureza, criando condições para que as crianças explorem e conheçam os

ambientes da instituição, desde bebês (BRASIL, 2009). Essa orientação reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a experiência direta da criança com o meio.

Assim, organizar os espaços externos com intencionalidade pedagógica implica assumir um compromisso ético e educativo com o direito da criança à natureza, ao brincar e à aprendizagem significativa. Significa planejar ambientes que convidem à exploração, à criação e à convivência, reconhecendo os espaços externos como territórios educativos potentes e indispensáveis para uma Educação Infantil que promova o desenvolvimento integral e respeite a infância em sua plenitude.

ESPAÇOS EXTERNOS, NATUREZA E CONVIVÊNCIA SOCIAL

O brincar livre constitui-se como uma das principais formas de expressão e aprendizagem da criança na Educação Infantil. É por meio do brincar que a criança experimenta o mundo, constrói relações, elabora emoções e atribui sentidos às suas vivências. Nos espaços externos, o brincar assume uma dimensão ainda mais ampla, pois ocorre em ambientes menos controlados, mais abertos à exploração, à imaginação e às interações espontâneas entre as crianças.

Os espaços externos favorecem o brincar livre ao possibilitarem maior autonomia na escolha das brincadeiras, dos parceiros e dos materiais utilizados. Diferentemente dos ambientes internos, geralmente mais estruturados, os pátios e parques permitem que as crianças se movimentem com liberdade, inventem regras, criem enredos e transformem o espaço conforme suas necessidades e interesses. Essa liberdade é fundamental para o desenvolvimento da iniciativa, da criatividade e da autoconfiança.

Monteiro e Rodrigues (2015) ressaltam que o parque escolar está diretamente relacionado à condição de livre arbítrio das crianças, pois é nesse espaço que elas escolhem suas brincadeiras, constroem narrativas e experimentam o meio que as cerca. Para os autores, essas experiências possibilitam que as crianças aprendam com e sobre o ambiente, por meio da criação, da experimentação e da exploração contínua (MONTEIRO; RODRIGUES, 2015). Tal perspectiva reforça a compreensão do brincar livre como uma prática educativa essencial.

Além de favorecer o desenvolvimento individual, o brincar nos espaços externos desempenha um papel central na construção da convivência social. As brincadeiras coletivas exigem que as crianças negociem regras, compartilhem objetos, resolvam conflitos e aprendam a conviver com as diferenças. Nesse processo, desenvolvem-se habilidades sociais fundamentais, como a cooperação, o respeito, a empatia e o diálogo, que contribuem para a formação ética e social da criança.

Tiriba (2010) destaca que as atividades ao ar livre estão associadas a sentimentos de bem-estar e equilíbrio emocional, pois colocam as crianças em sintonia com aquilo que desejam fazer. Segundo a autora, o manuseio de elementos naturais, como barro, areia e argila, contribui para esse equilíbrio e favorece experiências de solidariedade e companheirismo. Para ela, um pátio que é de todos, onde cada criança pode escolher com quem e com o que brincar, constitui-se como um espaço de convivência, e não de competição (TIRIBA, 2010).

Nesse sentido, os espaços externos assumem uma função socializadora, na medida em que possibilitam relações mais horizontais entre as crianças e promovem a construção de vínculos afetivos. O brincar coletivo em ambientes compartilhados contribui para a aprendizagem da convivência democrática, permitindo que as crianças experimentem a vida em grupo de forma significativa e respeitosa.

Entretanto, Tiriba (2010) também chama atenção para o fato de que, em muitas instituições, o acesso das crianças aos espaços externos é restrito e limitado no tempo, o que compromete o direito ao brincar livre e à convivência com a natureza. Ao afirmar que a infância, nessas condições, corre o risco de ser vivida como uma forma de confinamento, a autora problematiza práticas que transformam um direito conquistado em uma experiência de privação (TIRIBA, 2010). Essa crítica reforça a necessidade de repensar a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil.

Dessa forma, garantir o brincar livre nos espaços externos implica reconhecer esses ambientes como territórios educativos fundamentais para a convivência

social e para o desenvolvimento integral da criança. Valorizar o brincar ao ar livre significa promover experiências que respeitem a infância, ampliem as possibilidades de interação e contribuam para a formação de sujeitos mais solidários, autônomos e sensíveis às relações com o outro e com o meio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções teóricas e dos documentos oficiais permitiu evidenciar que os espaços externos, quando compreendidos como parte integrante do projeto pedagógico da Educação Infantil, assumem um papel central na promoção do desenvolvimento integral da criança.

Os resultados do estudo indicam convergência entre os autores analisados quanto à compreensão de que o contato com a natureza, o brincar livre e a organização intencional dos espaços externos constituem elementos fundamentais para uma educação que respeite a infância em sua totalidade.

Observou-se que os autores destacam os espaços externos como ambientes privilegiados de aprendizagem, nos quais as crianças desenvolvem competências físicas, emocionais, sociais e cognitivas de forma integrada. Menezes (2010) aponta que a organização adequada dos espaços amplia as possibilidades de exploração, pesquisa e autonomia infantil, evidenciando que o espaço não é neutro, mas um mediador das experiências educativas. Esse entendimento dialoga diretamente com os documentos oficiais, que reconhecem a infraestrutura e a organização dos ambientes como aspectos essenciais da qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2006; 2009).

Outro resultado relevante refere-se à relação entre infância e natureza como dimensão estruturante do desenvolvimento infantil. As análises evidenciam que o contato cotidiano com elementos naturais favorece o bem-estar emocional, o equilíbrio e a ampliação das experiências sensoriais das crianças. Tiriba (2006; 2010) contribui de forma significativa para essa discussão ao problematizar o afastamento das crianças da natureza e ao denunciar práticas educativas que restringem a liberdade e o brincar ao ar livre. A autora aponta que a limitação do acesso aos espaços externos compromete o direito da criança à natureza e pode transformar a experiência educativa em uma forma de confinamento.

No que se refere ao brincar livre, os resultados indicam que os espaços externos possibilitam experiências mais ricas de convivência social, cooperação e construção de vínculos. Monteiro e Rodrigues (2015) destacam que o parque escolar favorece a livre escolha das crianças, permitindo que construam enredos, experimentem o meio e aprendam por meio das interações. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da capacidade de convivência, aspectos fundamentais do desenvolvimento integral.

Os documentos normativos analisados reforçam essas constatações ao estabelecerem diretrizes para a organização dos espaços externos nas instituições de Educação Infantil. Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura (BRASIL, 2006) e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009) evidenciam a necessidade de áreas externas amplas, diversificadas e com presença de elementos naturais, reconhecendo esses espaços como ambientes de aprendizagem e não apenas de recreação. Tais orientações dialogam com os referenciais teóricos ao reconhecerem o direito da criança ao brincar, à exploração e ao contato com a natureza.

A discussão dos resultados também revela a importância da intencionalidade pedagógica na utilização dos espaços externos. Embora os documentos e autores reconheçam o potencial educativo desses ambientes, destaca-se que sua efetividade depende da atuação consciente do educador. Planejar, observar e mediar as experiências das crianças nos espaços externos é fundamental para potencializar as aprendizagens que emergem do brincar e das interações, evitando que esses momentos sejam reduzidos a tempos de espera ou de controle.

Dessa forma, os resultados deste estudo evidenciam que a valorização dos espaços externos na Educação Infantil está diretamente relacionada à concepção de infância adotada pela instituição. Quando a criança é reconhecida como sujeito de direitos, ativa e protagonista de suas aprendizagens, os espaços externos passam a ser compreendidos como territórios educativos essenciais, capazes de promover experiências significativas,

humanizadoras e integradas ao desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que os espaços externos desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil. Ao possibilitar o contato com a natureza, o brincar livre e as interações sociais, esses espaços contribuem para aprendizagens significativas, para o bem-estar e para a construção da autonomia infantil.

Conclui-se que valorizar os espaços externos implica reconhecer o direito da criança à natureza e à liberdade, superando práticas pedagógicas centradas no confinamento e na escolarização precoce. Torna-se necessário que educadores e gestores assumam uma postura comprometida com a organização intencional desses espaços, integrando-os ao currículo e às práticas cotidianas.

Assim, investir em ambientes externos ricos, diversificados e acessíveis significa promover uma Educação Infantil mais humana, democrática e alinhada às necessidades e potencialidades da infância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da qualidade na Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

FERNANDES, Odara de Sá. Crianças no pátio escolar: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17440. Acesso em: 18 dez. 2025.

MENEZES, Cláudia M. A organização dos espaços de ensinar e aprender nas instituições de Educação Infantil. In: Capacitação docente e responsabilidade social: aportes pluridisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 93-110.

MONTEIRO, J.; RODRIGUES, J. Os espaços externos como possibilidade de múltiplas experiências na Educação Infantil. Zero a Seis, Florianópolis, v. 17, n. 32, p. 264-278, jul./dez. 2015.

TIRIBA, Léa. Infância, escola e natureza. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

TIRIBA, Léa. Crianças da natureza: educação infantil e práticas pedagógicas junto à natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010